

Um copo vazio está cheio de ar

Sobre o teste de realidade em Freud

Maria Elisa Pessoa Labaki

Resenha de Patrícia Porchat, *Freud e o teste de realidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, 162 p.

170

PERCURSO 42 : junho de 2009

O livro de Patrícia Porchat é o resultado de uma rigorosa pesquisa metapsicológica que recupera noções pouco exploradas na Psicanálise pós-freudiana, relativas ao campo da psicologia do eu. Embora o assunto tenha alguma afinidade com a escola de Psicologia do eu americana, é imersa no discurso de tradição freudiana que a autora vai montar o quebra-cabeça a que se propõe no livro. Estimulada por uma passagem na nota introdutória, escrita por James Strachey¹, ao artigo de Freud de 1917 *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos*, Patrícia vê-se interessada em descobrir e entender como Freud propõe e desenvolve sua teorização sobre o conceito Teste de Realidade. Em breves palavras e à guisa de introdução, o Teste de Realidade é defi-

1 “[...] problema da alucinação e numa investigação do modo como, em nosso estado normal, somos capazes de distinguir entre fantasia e realidade”. S. Freud (1917), *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos*. Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1977, v.14, p. 249.

2 Luiz Alfredo Garcia-Roza. Pesquisa de tipo teórico. *Atas do 1º Encontro de Pesquisa Acadêmica em Psicanálise. Psicanálise e Universalidade*. Núcleo de Pesquisa em Psicanálise – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC, n. 1, fev. 1994.

Maria Elisa Pessoa Labaki é psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pela PUCSP; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde é também professora do curso de Psicossomática. Autora de *Morte* (Casa do Psicólogo, 2001).

nido como uma capacidade do eu que permite a distinção entre um mundo externo e um mundo interno, desde que garantidas as condições de funcionamento do aparelho psíquico sob o regime dos processos secundários de pensamento.

A despeito de outros autores, que não concebem em Freud a existência de uma teorização coerente sobre o Teste de Realidade, Patrícia não só prova o contrário, como reúne as peças, monta o quebra-cabeça e especifica o lugar de relevância do conceito, bem como sua relatividade no interior da teoria. A autora põe em relação noções que surgem salpicadas ao longo da obra de Freud, de modo a compor um único, articulado e consistente conceito que engloba uma definição precisa sobre o Teste de Realidade. Sua contraposição às proposições de Laplanche e Pontalis é explícita, uma vez que estas reduzem o conceito a um ou dois de seus aspectos componentes, distorcem suas propriedades particulares e minimizam seu lugar de relevância no âmbito da metapsicologia freudiana. Alcançar esse grau de inteligibilidade requer do pesquisador algo diferente, algo além do necessário interesse nos estudos ou da compilação competente de textos sobre o tema. Como disse Garcia-Roza² na década de 90, em uma mesa-redonda na PUC, tratar um conceito como singularidade, e não mera abstração, requer do pesquisador uma atitude não de amigo, mas de amante do assunto. Sedento por decifrar os segredos da amada, o amante vai ao encontro de suas contradições, toca os pontos de sutileza, de sua nebulosa, acolhendo a equivocidade que enriquece o entendimento e multiplica os sentidos. Com este livro, Patrícia resgatou um conceito freudiano que, a despeito da importância de sua utilidade, era mantido à margem. Com precisão e fidelidade a Freud, vai ao cerne. Então, vejamos!

Embora não esteja assim formulado no livro, parece-me que o ponto de partida de Patrícia, seu problema de origem, deve-se, em parte, a uma inquietação intelectual de natureza filosófica: como sabermos se a realidade que percebemos não é fruto do que pensamos sobre

ela? É possível distinguir um pensamento de uma percepção? Ou, em que medida ambos são coextensivos? Tangível ou incognoscível, como a realidade externa se apresenta para a percepção e como diferenciá-la do que pensamos?

Ainda que nas páginas finais do livro a autora retome de passagem a conhecida discussão filosófica que contrapõe idealismo e realismo, o leitor já sabe, por tudo o que encontrou no livro, não ser filosófica a natureza de seu discurso, nem, tampouco, o seu conteúdo. Também não se inclina a polemizar, como outros autores, sobre a suposta oscilação de Freud entre o realismo e o idealismo. Faz um caminho diferente. Mais ao gosto da lógica que rege as operações do inconsciente, que não inclui a negatividade, mas a possibilidade de coexistirem oposições, Patrícia deixa sugerido que ambos, realismo e idealismo, podem conviver na obra freudiana.

Arrisco pensar que sua opção, explicitada no livro, por não adotar os pares fantasia e realidade, se contrapondo inclusive a algumas tendências da psicanálise pós-freudiana, pode servir como prova a esta hipótese. Isto porque, no subtexto, a autora mostra saber que as noções de realidade e fantasia traduzem para a Psicanálise um outro problema, mais complicado do que o suposto na operação metafísica que os contrapõe. Lembra-nos de que, embora Freud mantenha o uso do termo realidade quando se refere à realidade externa, tal noção é ampliada ao longo da obra até alcançar uma nova configuração com a invenção do fundamental conceito de *realidade psíquica*. Espécie de sítio de superposição do espaço de dentro, psíquico, com o de fora, real, nele os eventos concretos perdem o estatuto que lhes outorgam objetividade, ao mesmo tempo que ganha realidade tudo aquilo considerado irreal, irracional ou obra da imaginação, fantasia.

Com efeito, a noção de realidade psíquica reafirma mais uma vez o viés subversivo da Psicanálise que torce a racionalidade cartesiana refundando uma nova ordem dialética. Por isso, a pergunta: se, no reino da realidade psíquica, ou

do inconsciente psicanalítico, realidade e fantasia podem existir libertas do estatuto de falsidade ou verdade, qual o sentido em distingui-las? Ou, de outro ponto de vista: se a apreensão do mundo externo não pode se dar sem a colaboração de algum acréscimo psíquico, sendo impossível libertar-se dele, qual a utilidade da distinção, no material psíquico, entre o que nele é fruto da percepção provocada por estímulos externos e o que nele resulta eco de processo interno de natureza pulsional? A que necessidade responde esse esforço de diferenciação?

O presente livro busca um entendimento na obra de Freud para as questões acima formuladas, pondo o leitor em contato com proposições teóricas – algumas esclarecedoras, outras complicadas – a respeito dos processos psíquicos do eu envolvidos no acionamento e manutenção do Teste de Realidade. Também mostra ao leitor que o conceito não foi por Freud definido originalmente como um bloco coeso, mas elaborado aos bocadinhos ao longo de sua obra.

São dois os eixos metodológicos em torno dos quais se organizam tais objetivos. O eixo que recorta a obra de Freud na linha horizontal, isto é, que procede a um levantamento sobre as origens do conceito, suas formulações e desdobramentos, nos artigos e livros escolhidos em que se pode verificar alguma proeminência do recorte metapsicológico. São eles (em ordem cronológica): *Projeto para uma psicologia científica* (1895); *A interpretação dos sonhos* (1900); *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental* (1911); *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos* (1917); *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921); *A negativa* (1925); *Esboço de psicanálise* (1938).

E o eixo vertical, que analisa o resultado da pesquisa nos livros, mostrando que o Teste de Realidade é um dispositivo que se configura pela participação de cinco mecanismos, sub-engrenagens que o estruturam tecnicamente e permitem seu bom funcionamento. A saber: inibição, atenção, julgamento, pensamento e ação motora. Mostra, ainda, as condições de

seu surgimento no bebê, isto é, suas raízes nos processos de formação do aparelho psíquico, os motivos para a manutenção de sua atividade e aplicabilidade pelo eu, bem como os contextos e organizações mentais em que deixa de atuar no indivíduo adulto. Conclui haver na obra de Freud uma teoria coerente sobre o Teste de Realidade.

Do estudo apurado dos textos acima citados, bem como da análise detalhada dos elementos que compõem o conceito, duas obras se destacam: *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental*, onde o Teste de Realidade foi enunciado pela primeira vez, e o *Projeto para uma psicologia científica*. Considerado pela autora o “berço” (p. 25) dos mecanismos de distinção entre mundo interno e mundo externo, é nesta obra inaugural (para alguns, pré-psicanalítica) que podemos encontrar as primeiras formulações sobre o mecanismo de inibição, alicerce do Teste de Realidade. Freio da alucinação, a inibição incide sobre a descarga pulsional abrindo, no interior dos processos psíquicos primários, a brecha temporal e mecânica que os retarda, transformando o ato mental automático da satisfação (prazer) e da defesa (dor) em espera para o encontro com o objeto externo, passível, nesta suspensão, de revelação.

Como nos ensina o texto *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental*, as raízes do Teste de Realidade são encontradas na passagem entre as duas formas evolutivas de o ego funcionar: da primeira e mais primitiva, regida pelo princípio de prazer, cujo funcionamento caracteriza o ego-prazer ensimesmado e autoerótico, à segunda e mais evoluída forma, regida pelo princípio de realidade, cujo funcionamento caracteriza o ego-realidade, receptivo e aberto a considerar o mundo externo como fonte para a satisfação de seus desejos.

Submetido aos processos secundários do funcionamento mental no caminho entre a percepção do desejo e o encontro com o objeto da satisfação, o eu da realidade renuncia, mediante a inclusão de mecanismos intermediários de observação, avaliação e ponderação, à execução dos processos automáticos de descarga pulsional. Isto é, após sofrer uma série de adaptações, o Teste de Realidade significa uma fundamental aquisição do aparelho psíquico, através da qual o eu pode modificar o mundo externo, adequando-o às suas necessidades em relação a obter prazeres cada vez mais estáveis e duradouros. Trata-se da instalação do regime de trocas e intercâmbios entre o mundo externo e interno, entre o desejo e seu correlato no real, senhores para os quais o eu trabalha, responde e joga com a cintura.

De fato, a autora enfatiza que o Teste de Realidade instaura a divisão entre “um dentro e um fora, entre o interno e o externo” (nota de rodapé, p. 69), sendo o eu a instância/película – como denomina Freud³, projeção de uma superfície, a corporal – que funciona aqui como separação. Mas para isso é preciso, pois, integridade e coesão do eu. Só nestas condições o Teste de Realidade tem efeito. Caso contrário, em presença de cisões, recalques, introversões narcísicas ou idealizações, não será possível alcançar uma boa margem de segurança de que o que se enxerga não é fruto do desejo de ver. Nas instigantes palavras da autora em sua conclusão: “[...] o teste de realidade não funciona durante o estado de sono, nos sonhos, na hipnose, na paixão (*avassaladora*)⁴, na situação de ‘massa’, durante a alucinação psicótica e em momentos em que predomina a fantasia” (p. 153).

O livro de Patrícia Porchat pode ser lido como uma espécie de celebração do eu, imagem da harmonia, da ordem, da luz – este ente *frágil* e apolíneo.

3 S. Freud (1923), O eu e o id. *Obras Psicológicas de Sigmund Freud*. Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente (coord. trad. Luiz Hanns). Rio de Janeiro, Imago, 2007, vol. 3, p. 38.

4 Grifos meus.

A esperança como condição ética para o surgimento do sujeito

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

Resenha de Vera Blondina Zimmermann, *Adolescentes – estados-limite. A instituição como aprendiz de historiador*. São Paulo: Escuta, 2007, 142 p.

Já na escolha do título deste livro, duas referências se fazem imediatamente presentes: a idéia de estados-limite desenvolvida na obra de André Green e de outros autores contemporâneos, e o lugar de aprendiz de historiador como tema tão feliz do trabalho de Piera Aulagnier e que permanece, como pano de fundo, para as construções teórico-clínicas propostas por Vera Zimmermann.

A idéia de estados-limite denota algo que transborda, que ultrapassa fronteiras ilusoriamente delimitáveis. Podemos pensar que se propõe aqui um pleonasma, pois essa seria também uma definição possível para o que se nomeia como “adolescência”. É possível, hoje em dia, recortar cronologicamente sua vigência? Restringir suas características a um período específico da vida? A uma população específica?

Mas, o foco de Vera Zimmermann não segue esse caminho; ela nos convoca para um outro olhar, para uma especificidade, para um desafio à psicanálise: “pensar um lugar para sujeitos adolescentes que se excluem da presença

Maria Laurinda Ribeiro de Souza é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professora do curso Psicanálise, do mesmo Departamento. É autora de *Mais além do sonhar* (com aquarelas de Ada Morgenstern) (Marco Zero, 2003) e de *Violência* (Casa do Psicólogo, 2005), entre outras publicações.

do outro ao fugirem do sentimento de horror de serem ‘invisíveis’ para si mesmos” (p. 9). E também para o reconhecimento privilegiado de um espaço de identificações possíveis e de intervenção terapêutica: a instituição escolar.

De que adolescentes se trata? Qual é o desafio a que eles nos convocam?

Com o recorte de uma cena do cotidiano escolar desses jovens, a autora inicia essas respostas: *Como eu copio isto?*, pergunta o aluno para a professora. Sem esperar a reação a seu pedido, ele, imediatamente, ordena: *Larga o que está fazendo e vem me ajudar!*. O tom é ríspido; autoritário. Denota a urgência de alguém que não suporta dificuldades, incertezas, tempos de espera, separações e reage com uma “solicitação onipotente de posse do outro”. Parte desses sujeitos, diz ela, “apresenta dificuldades para pagar o ‘tributo’ que a angústia de castração lhes acarreta. Assim, não conseguem reelaborar os primeiros enunciados idealizantes e enunciar seu próprio projeto identificatório” (p. 67). Suas relações são marcadas tanto para eles quanto para os que deles se aproximam com oscilações afetivas marcantes e contraditórias, sendo difícil sustentar sua capacidade de aprendizagem e a confiança nas ofertas de amor que podem receber. Da mesma forma que podem vincular-se sem reservas, podem, também, isolar-se e abandonar o que vinham construindo.

A explicitação metapsicológica desses estados-limite é apresentada a partir das construções de diferentes autores, mas o privilégio teórico-clínico é dado aos desenvolvimentos propostos por Piera Aulagnier. Seu conceito de potencialidade abrange três possibilidades de funcionamento do Eu e de suas posições identificatórias: potencialidade psicótica, neurótica ou polimorfa. Os sujeitos estados-limite estão incluídos no que ela descreve como potencialidade polimorfa: um risco agudo de desencaixe, de perda da configuração do Eu, de pontos de fragilidade muito sensíveis aos movimentos de mudança. O conflito é vivido no interior do Eu e entre ele e seus ideais. Vera Zimmermann levanta como

hipótese que, nos adolescentes de que trata, tenham ocorrido falhas no “contrato narcisista”, estabelecido entre os pais e o social e, posteriormente, entre a criança e o social, representado pela escola. O fracasso escolar torna mais aguda essa problemática narcísica e acentua a baixa autoestima desses jovens.

André Green, também citado pela autora, explicita claramente que o uso do termo *estados-limite* não se deve a uma facilidade linguageira ou a uma impossibilidade diagnóstica diferencial de outros quadros clínicos. É necessário, diz ele, “considerar o próprio limite como um conceito” (p. 71). Em sua compreensão, o que pode ser entendido como angústia de castração para a neurose, ou angústia de aniquilamento para a psicose, pode ser visto como angústia de separação para esses estados fronteira.

Outra forma de compreensão, aproxima a potencialidade melancólica – Aulagnier, Violante –, ou a psicogênese da melancolia – Marie-Claude Lambotte – e as características apresentadas por esses adolescentes. Para Lambotte, por exemplo, há uma falha fundamental e originária, no momento de constituição do Eu Ideal, que não lhes permite usufruir do júbilo necessário garantido pelo olhar desejante do outro. Isso os condena a uma busca incessante da aprovação do outro e a uma necessidade de presença que os ajude a se organizarem e a sustentar a capacidade de pensar e de realizar tarefas.

Rodolfo (1995) também destaca esse pedido de “ser olhado” mas diferencia-o daquele que ocorre nas formações depressivas ou nas neuroses. Naqueles casos, que ele denomina de “transtorno narcisista não psicótico”, a solicitação é de organização corporal, enquanto nas neuroses o privilégio do olhar visa ao exibicionismo e à sedução e, nos casos depressivos, a busca de aprovação nunca termina de inscrever-se.

Vera Zimmermann identifica parte da população de seu estudo com uma demanda de olhar semelhante à descrita por Rodolfo; como um pedido de organização, mas também reconhece a existência de pedidos pertinentes às

formações depressivas. O que une esses dois tipos de pedido, diz ela, é que “ambos são pedidos próprios de uma demanda identificatória” (p. 75); uma solicitação de que o outro os reconheça e estabeleça sua unidade. É a presença do outro que garante também a possibilidade de preenchimento da “memória vazia”: “Se estamos juntos, diz uma mãe, ele tem vontade de brincar, ou pode fazer as tarefas da aula; porém, se não estamos, não pode fazê-lo e nem consegue brincar” (depoimento citado por Rodolfo, p. 76).

Os efeitos do fracasso escolar ressoam em outra referência tomada de Fedida com relação ao “assassinato da própria beleza”. Segundo esse autor, o “encanto do objeto encontra-se na origem das formas melancólicas e na posição persecutória”; quando nos sujeitos em questão se dá a desidealização do Eu ideal, ela é acompanhada de uma decepção e vergonha da forma adquirida, de um assassinato da beleza do bom objeto. O insucesso nas tarefas de aprendizagem agudiza a impossibilidade de assumir com prazer sua constituição. Diante das dificuldades, é frequente uma atitude de negativismo que aparece para os outros como um “desinteresse desconcertante”, irresponsabilidade ou preguiça. Em verdade, trata-se antes de uma reação “à experiência intolerável de abalo narcísico, que faz com que o sujeito não queira investir em mais nada, sempre justificando racionalmente sua posição” (p. 79).

O término da experiência escolar no Ensino Médio – quando o conseguem – é marcado por angústias intensas e desorganizadoras que os impedem de traçar a escolha de um projeto profissional, num tempo mais ou menos suportável pelo meio. Separar-se do grupo e do ambiente que os continha agrava essa sensação de incapacidade: “A retirada do olhar institucional que os assegurava em relação à demanda identificatória de que ainda necessitam provoca dificuldades no Eu para poder melhor juntar as peças dos quebra-cabeças identificatórios” (p. 80).

É no quadro dessas dificuldades que se faz necessária uma intervenção institucional capaz de ajudar esses sujeitos a elaborar e sustentar um

possível projeto identificatório. O que a autora nos apresenta a seguir é uma delicada forma de implantação de estratégias psicanalíticas dentro do marco institucional que passa a funcionar como “aprendiz de historiador”, ou seja, como registro de elementos de uma história que pode ser contada, construída, reorganizada, ressignificada ou até mesmo encontrar as primeiras significações possíveis.

Antes disso, porém, ela resgata experiências já realizadas no campo psicanalítico, e que tentaram introduzir técnicas clínicas capazes de lidar com situações psíquicas mais graves. A indicação desse caminho já estava anunciada no próprio texto freudiano quando, no prefácio ao livro de Aichhorn *Juventude desamparada*, faz a seguinte afirmação:

Quando faltam – (as estruturas psicológicas) – como na criança, no adolescente a-social e, em geral, no adolescente dominado por suas pulsões – deve aplicar-se algo distinto da análise, de modo a encontrar o mesmo objetivo (p. 81).

Vera Zimmermann destaca a contribuição teórica de Silvia Bleichmar que introduziu o conceito de “transtorno” na constituição psíquica, diferenciando-o do sintoma e assinalando, portanto, uma outra forma de abordagem clínica desses casos onde a prioridade é de organização de “ligações” e não de intervenções interpretativas; sua proposta clínica é nomeada de neogênese e pretende “produzir elementos novos de recomposição e de articulação que dão origem a um produto diferente do pré-existente” (p. 82). Outra referência importante é a experiência institucional desenvolvida por Maud Mannoni na Escola Experimental de Bonneuil, cuja proposta é a de preparar a criança para a inserção social, através de formas alternativas de ação.

A idéia de *estratégia* proposta por Zimmermann também coloca a ênfase na dimensão criativa de cada intervenção, de cada experiência de troca entre instituição e sujeito, caracterizando-se como potencialidade simbolizante. Esse termo faz parte do pensamento de Castoriadis

que contesta o determinismo da história do sujeito e enfatiza a força criativa do psiquismo e a sua ligação irreduzível com o social. Para ele, “a constituição da subjetividade é psicogênese e sociogênese: o histórico social não é uma simples força exterior, mas uma base de criação que participa da constituição psíquica do sujeito” (p. 25).

Da descrição de algumas dessas estratégias, depreende-se sua fundamentação teórica e a abertura para a singularidade de cada situação vivida. A aposta é de que o sujeito se mobilize no sentido de realizar movimentos psíquicos que rompam o aprisionamento, a apatia e o desinteresse. Um exemplo desse tipo de estratégias é o de *combinados* com adolescentes-limite. Reproduzo uma das situações descritas (p. 86-7):

Como exemplo, posso citar um adolescente que iniciou um trabalho remunerado numa empresa de um amigo do pai, após “combinado” com a família e a escola. Ele não estava conseguindo se ocupar de atividades escolares e não mostrava interesse em outra atividade, bem como tinha uma história de abandono das mesmas. Quando ele falava em trabalhar já se sabia que dificilmente conseguiria manter sua decisão por muito tempo, porque não dispunha de condições psíquicas de suportar a continuidade de uma rotina de regras, mas a aposta foi no movimento, em “acontecimentos” que funcionam como “potencialidade”. O que foi trabalhado com o adolescente não dizia respeito a comprometer-lo com a meta de manter o trabalho em definitivo, mas sim, um “combinado” de tentar trabalhar... Enquanto proposta de intervenção capaz de funcionar enquanto portadora de “potencialidade simbolizante”, mantinha-se como foco o que ele estava experimentando nesta nova experiência, recortando-a para que pudesse se apropriar dela na medida de suas possibilidades.

Numa instituição pedagógica – ou em qualquer outra que acolha esses sujeitos – a ação eficaz pode ser feita a qualquer momento por qualquer funcionário. Embora o efeito possa tocar na posição subjetiva da criança ou do adolescente em questão e adquirir sentido terapêutico, não é esse o objetivo primordial. Uma situação, ocorrida na

cantina da escola, explicita essa intervenção: “um adolescente não aceitava a regra de esperar sua vez na fila para comprar merenda; todos os dias causava tumulto e ninguém conseguia organizá-lo”. Foi uma “palavra bem dita” pela funcionária da cantina que pôs fim à confusão, e provocou um efeito no sujeito: “Assim eu posso perder meu emprego!” (p. 100).

Ao sintetizar as observações feitas a partir de uma de suas experiências institucionais, a autora destaca o lugar da *esperança* necessária para a sustentação dessa tarefa: “Deve fazer parte da montagem institucional uma ‘esperança’ de que essa população de sujeitos possa configurar um lugar social produtivo” (p. 110). Essa idéia de *esperança*, diz ela, tem a ver com um “engajamento ético”. E conclui:

O eixo básico deste trabalho não é adestramento, nem tratamento, mas a promoção de experiências culturais e sociais favoráveis aos processos de subjetivação, tentando trabalhar condutas entendidas como sintomas numa escola-padrão, como “diferença” e não “doença” (p. 111).

Ao psicanalista cabe, nessas instituições, um lugar de consultor, de quem se dispõe a escutar os diferentes personagens e grupos que a constituem – os professores, os técnicos, os funcionários, a direção. Uma escuta aberta aos imprevistos, à criação, à continência dos momentos de impotência e confusão da equipe que acaba reproduzindo aquilo de que pretende cuidar, conforme afirmação já clássica de Bleger a respeito das instituições. Nesse sentido, ele é alguém que se situa no espaço do entre – entre o interno e o externo, o dentro e o fora, entre a clínica e a educação, entre o individual e o social. Um lugar sem limites fixos, fronteiro. Um lugar sempre a construir...

Os que já trabalharam, em sua clínica, com situações psíquicas graves, poderão reconhecer a importância do trabalho apresentado pela autora e a relevância ética de sua proposta. Para mim, há ainda o encanto produzido pela “beleza de seu objeto” de estudo e de sua ação. E a *esperança* de que as diferenças não se tornem sinônimo de “doenças” e “exclusões”... Este é o desafio a que ela nos convoca.